

RELATÓRIO DA PLENÁRIA NACIONAL DA FENASPS



Data: domingo, 31 de julho de 2016

Local: sala 11 do Hotel Nacional, em Brasília

Pauta: 1. Informes: PLCs nº 33/2016 (acordos das carreiras do Seguro e da Seguridade Social) e nº 35/2016 (carreira da ANVISA); Reforma da Previdência e as consequências para os trabalhadores; Desmonte do Serviço Público: PLP 257/2016 e PEC 241/2016; Desmonte do INSS e Assistência Social: MPs 726/2016 e 739/16 e Decreto 8805/2016; Audiência com o Presidente do INSS; Saúde do Trabalhador/Insalubridade. 2. Avaliação de Conjuntura - Plano de Luta: Dia nacional de Luta em 16 de agosto de 2016; Frentes de Mobilizações contra o desmonte do Estado e Reforma da Previdência. 3. GEAP e CAPESAÚDE; 4. CONFENASPS; 5. Assuntos gerais.

Estados presentes: ES – MT – MG – PR – RN – RS – SC – SP e oposições BA e DF

Número de participantes: 64 (59 delegados e 5 observadores)

1. PROPOSTAS APROVADAS NA PLENÁRIA (PLANO DE LUTAS):

1. Indicar ao conjunto dos Servidores Públicos Federais e Centrais Sindicais a **Construção de Greve Geral por Tempo Indeterminado** para barrar ataques das contrarreformas da Previdência e desmonte do Estado;
2. Indicar a participação dos Servidores no Dia Nacional de Mobilizações, convocado pelas centrais sindicais, em 16 de agosto de 2016, incorporando todas as ações dos movimentos Sociais;

3. Orientar aos **sindicatos a enviarem militantes nas atividades de 16 de agosto**, e ver com os Estados próximos ao Distrito Federal para enviar caravanas a Brasília. Fazendo socialização dos custos os sindicatos de Estados mais distantes da capital Federal;
4. Orientar que os representantes dos Estados permaneçam em Brasília no dia seguinte, 17 de agosto, para realizar atividades em defesa da Geap, Capesaúde e Pecúlio.
5. Participação na Reunião Ampliada do FONASEFE, convocação para os sindicatos estaduais, no dia 10/08, e das atividades nos Estados dia 11/08;
6. Reafirmar a luta contra os ataques do governo interino. Reafirmar o **Fora Temer e todos os corruptos e corruptores do Congresso Nacional**: pela construção de uma alternativa de luta para os trabalhadores que vivem de salário;
7. Lutar sem tréguas contra todos os Projetos de Lei ou medidas provisórias que atacam direitos dos trabalhadores direta e indiretamente (PLP 257/2016, PEC 241/2016, MPs 726/2016, 727/2016 e 731/2016, entre outros);
8. Realizar Encontro Nacional dos Aposentados, no período de 14, 15 e 16 de outubro em Brasília. Foi aprovado aos Estados para discutirem critérios para definir a participação dos seus representantes nos encontros de aposentados da FENASPS;
9. Elaborar material informativo, cartas, cartilhas etc, que esclareçam a categoria e a população sobre os ataques contidos nas MPs 726, 727, 731, 739, PLP 257 e PEC 241 e os projetos de contrarreforma da Previdência Social e Trabalhista. Que a Fenasps oriente os sindicatos a entregar Carta Aberta à população dentro das APS sobre a Reforma da Previdência e sobre a MP 739 que indica revisão de benefícios (retirada de benefícios) e altera direitos da população contidos na Lei 8.213/91;
10. Intensificar a luta contra as terceirizações e privatizações na Seguridade Social. Fora as organizações sociais que desmontam o serviço público e precarizam o trabalho;



11. Que a Fenasps divulgue a Petição Pública sobre o Manifesto em defesa do modelo Médico-Social da avaliação social compondo a Avaliação de Deficiência e reconhecimento de direitos da Previdência Social e da Assistência Social (BPC-LOAS e LC/142);
12. Encaminhar para a Assessoria Jurídica realizar estudos, visando o ingresso de uma ação contra a UNIÃO para restabelecer e assegurar o "pagamento do adicional de Insalubridade para todos os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo" (**Artigo 68 RJU**);
13. Que a Fenasps atualize a Cartilha sobre questões de aposentadoria e indique aos estados a realização de encontros estaduais, antes do Encontro Nacional, para discutir as questões das aposentadorias referentes às alterações feitas pela Lei ° 13.324/2016 as consequências para os servidores, ativos e aposentados;
14. Instituir Grupo de Trabalho (GT) para subsidiar a intervenção no Comitê Gestor da Carreira do Seguro Social instituído na Lei 13.324/2016. **Indicativo da primeira reunião para 3 de setembro.**

2. PROPOSTAS DO ENCONTRO NACIONAL DA SEGURIDADE SOCIAL (CPST), REALIZADO NO DIA 30 DE JULHO E APROVADAS NA PLENÁRIA - PARTICIPAÇÃO DE 28 REPRESENTANTES ESTADUAIS



2.1 PROPOSTAS GERAIS:

1. Fora Temer e todos os corruptos;

2. Construção da greve geral;
3. Contra todos os Projetos que retiram direitos dos trabalhadores que estão tramitando no Congresso Nacional, como o PL 257/2016, PEC 241/2016 etc. Estruturar o plantão contra as aprovações;
4. Recepcionar os parlamentares no aeroporto de Brasília contra o PL 257/2016;
5. Que a Fenasps faça uma ampla campanha de divulgação junto às organizações sociais e aos trabalhadores do RGPS referente às mudanças que ocorrerão com a aprovação do PLP 257 e PEC 241;
6. Fim das terceirizações e privatizações na Seguridade Social. Fora as organizações sociais e EBSERH, que desmontam o serviço público e precarizam o trabalho!
7. Destinação dos 10% do PIB para a saúde pública, universal e de qualidade;
8. Integração ao calendário de luta, das atividades do dia 16 de agosto.



2.2 PROPOSTAS ESPECÍFICAS DA SEGURIDADE SOCIAL

1. Que a Secretaria de Seguridade Social da Fenasps convoque o Grupo de Trabalho para aprofundar a discussão da Portaria 243, principalmente no que tange à assinatura dos convênios de descentralização, questão da carga horária de 6 horas diárias, sem redução salarial, e exames periódicos;
2. Que a Fenasps faça documento para o Ministério da Saúde sobre a questão da avaliação de desempenho dos servidores cedidos - reabrir e ampliar o prazo de avaliação de desempenho, pois houve assédio moral no ES, dentre outros estados;
3. Cobrar do Ministério da Saúde resposta da reunião realizada no último dia 7 de julho sobre a reabertura da Mesa Setorial e das Mesas Estaduais, bem como implante nos estados do Paraná,

Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Mato Grosso e Piauí as mesas locais de negociação para que os trabalhadores possam dirimir os conflitos e encaminhar as demandas da categoria e outros assuntos debatidos naquela reunião;

4. Que a FENASPS reencaminhe ofício com solicitação de audiência para o MPOG para que o Sigepe volte a encaminhar os contracheques dos servidores para suas residências, já que a maioria dos servidores aposentados, em especial os do Ministério da Saúde, do Trabalho e Previdência, FUNASA e ANVISA, não têm acesso à internet, dificultando a estes servidores o controle de suas rubricas, bem como as demandas lá anteriormente encaminhadas;

5. Que a Fenasps encaminhe ofício ao MPOG denunciando a quebra do acordo de greve da CPST, assinado em setembro de 2015, no que se refere à criação do Comitê Gestor de Carreira, bem como sobre as questões da insalubridade;

6. Que a Fenasps encaminhe ofício para a Universidade de Brasília (UnB) e Ministério da Saúde, solicitando ampliar o prazo da pesquisa sobre assédio moral no MS.

2.3 PROPOSTAS ESPECÍFICAS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO

1. Reforçar solicitação de audiência junto ao Ministério do Trabalho para tratar da carreira e reposição de serviços da greve de 2015, bem como retomar as reuniões do GPCOT;

2. Indicar a realização do Encontro nacional dos trabalhadores do MTE com as três entidades sindicais.

3. PROPOSTAS DO ENCONTRO NACIONAL DOS SERVIDORES DO SEGURO SOCIAL (INSS), REALIZADO EM 30 DE JULHO E APROVADAS NA PLENÁRIA - PARTICIPAÇÃO DE 28 REPRESENTANTES ESTADUAIS

1. Elaborar material informativo, cartas, cartilhas etc, que esclareçam a categoria e a população sobre os ataques contidos nas MPs 726, 727, 731, 739, PLP 257 e PEC 241 e os projetos de contrarreforma da Previdência Social e Trabalhista. Que a Fenasps oriente os sindicatos a entregar Carta Aberta à população dentro das APS sobre a Reforma da Previdência e sobre a MP 739 que indica revisão de benefícios (retirada de benefícios) e altera direitos da população contidos na Lei 8.213/91;

2. Com o objetivo de investir na comunicação, que seja realizado Encontro Nacional, na primeira quinzena de outubro, precedido de encontros estaduais;

3. Continuar a luta das 30 horas para todos os servidores da Carreira do Seguro Social, sem redução salarial, em todo o Brasil;

4. Construir documento de repúdio aos ataques aos direitos presentes na MP 739 (como por exemplo aumento do período de carência para os trabalhadores), alta programada etc.;



5. Reafirmar a necessidade de discutir ritmos e os processos de trabalho, a exemplo dos reagendamentos por motivos diversos, principalmente pela falta de servidores, e criar planos de contingência nas agências para que esses agendamentos vinculados à presença dos servidores ausentes sejam realizados por equipe de apoio não-vinculada aos servidores que já estão com seus agendamentos programados, de maneira que os segurados não sejam prejudicados.

6. Apresentar proposta na Plenária da FENASPS e dos Federais para CONSTRUIR A GREVE GERAL em conjunto com demais trabalhadores para barrar a contrarreforma da Previdência e Trabalhista, do provisório governo Temer;

7. Sobre a Medida Provisória 739/2016, a Fenasps reafirma seu posicionamento de que não há déficit na Previdência, nem no sistema de Seguridade Social do país, e que o esforço do governo deveria ser orientado para a cobrança da dívida ativa dos sonegadores e para a realização de auditoria da Dívida Pública. Considerando que:

- A revisão já está prevista na legislação em vigor;

- Não vinha sendo realizada pelo INSS, tendo em vista a falta de servidores, estrutura, sistemas, dentre outros.

Nesses termos compreendemos que a MP 739/2016 continua não dando essas condições e tem como foco exclusivo a retirada de direitos, como evidenciam as declarações do ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, sobre a economia resultante entre o custo extra de operacionalização e os recursos advindos dos benefícios retirados dos trabalhadores adoecidos.

Dada a edição da Medida Provisória 739, exigimos a garantia do contraditório e ampla defesa em toda a operacionalização do procedimento e da não-precarização do ato pericial, com o intuito de evitar a transformação da revisão numa escala de produção.

Conclamamos a Sociedade Civil, sindicatos, associações e movimentos sociais a fiscalizar e denunciar quaisquer abusos. Exigimos a reparação da Direção do INSS/Governo provisório Temer, que trata de forma desigual e discriminatória os trabalhadores da carreira do Seguro Social.

Exigimos atendimento da nossa pauta de reivindicações: 30 horas para todos, sem redução salarial, reestruturação dos processos e condições de trabalho, Plano de Carreira e concurso público.

8. Exigir da Direção do INSS que tome as devidas providências cabíveis para revogar as decisões da justiça que asseguram o atendimento prioritário aos advogados;

9. Orientar aos servidores que leiam a Ação Civil Pública (ACP) e somente protocolem o atendimento (SIPPS) sem resposta imediata;

10. Que a Fenasps elabore Carta Aberta com ênfase na defesa do atendimento igualitário, sem privilégios a uma categoria específica;

11. Realizar Seminários em conjunto com demais setores dos SPFs e da classe trabalhadora para mobilizar a classe para barrar os ataques da PEC 241/16 e do PLP 257;

12. Fortalecer e intensificar ações da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Social, organizando núcleos em todos os estados. E, em conjunto com as entidades dos SPFs, editar a cartilha "Desmistificando o Déficit da Previdência", elaborada pela Frente Parlamentar;

13. Que junto com a FENASPS, seja elaborado pelos sindicatos um jornal em Defesa da Previdência Social pública para realizar debates nas Escolas, Igrejas, Bairros e distribuir à população;



14. Encaminhar para a Assessoria Jurídica realizar estudos, visando o ingresso de uma ação contra a UNIÃO para restabelecer e assegurar o "pagamento do adicional de Insalubridade para todos os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato

permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo” (**Artigo 68 RJU**).

15. Que a Fenasps exija junto à Direção do INSS a manutenção do turno estendido – e o retorno das APS que o perderam – com suspensão da aplicação de todos os critérios até que sejam concluídas as negociações presentes no acordo de greve e reitere a orientação aos trabalhadores a resistir e denunciar abusos das chefias nos locais de trabalho;

16. Que a Fenasps elabore uma cartilha e indique aos estados a realização de encontros estaduais e nacional para discutir as questões das aposentadorias referentes às alterações feitas pela Lei nº 13.324/2016 e as consequências para os servidores, ativos e aposentados;

17. Analisar quais medidas judiciais são cabíveis para exigir reparação aos ataques feitos aos servidores feitos pelo blog perito.med;

18. Instituir Grupo de Trabalho (GT) para subsidiar a intervenção no Comitê Gestor da Carreira do Seguro Social instituído na Lei 13.324/2016. Indicativo da primeira reunião para 3 de setembro.

19. Que a Fenasps divulgue a Petição Pública sobre o Manifesto em defesa do modelo Médico-Social da avaliação social compondo a Avaliação de Deficiência e reconhecimento de direitos da Previdência Social e da Assistência Social (BPC-LOAS e LC/142).

20. Orientar os sindicatos estaduais a solicitarem junto aos Bombeiros e Vigilância Sanitária vistorias nos prédios do INSS, para subsidiar futuras cobranças de reforma nos prédios.

4. PROPOSTAS DO ENCONTRO NACIONAL DOS SERVIDORES DA ANVISA, REALIZADO EM 11 DE JUNHO E APROVADAS NA PLENÁRIA – PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS DO RJ, SP, SC, RN:

4.1 ESPECÍFICAS

1. Aprovação e cumprimento integral do acordo de negociação assinado em dezembro de 2015 pelas entidades nacionais;

2. Derrubada da exigência de assinatura de Termo de Opção para incorporação de gratificação: GEDR para os aposentados;

3. Reivindicar ao MPOG a incorporação de 100% da gratificação no Vencimento Básico (VB) para os servidores do Plano Especial de Cargos (PEC) da Anvisa. O acordo de 2015 garantiu apenas 70%;

4. Assegurar o direito de concessão de adicional de insalubridade e periculosidade, nos locais que possuam laudo pericial válido (independente ser do quadro específico ou efetivo);

5. Melhoria das condições de trabalho e instalações dos postos e de toda coordenação estadual da ANVISA;

6. Garantia de vinculação de política salarial e de reajustes isonômicos para ambos os quadros das agências reguladoras;



7. Manutenção da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas;

8. Pela redução da diferença de percentual entre as remunerações dos Níveis Superior e Intermediário e dos Níveis Intermediário e Auxiliar das Agências Reguladoras do Quadro Específico;

9. Reposição de vagas extintas do Quadro Específico quando da aposentadoria dos trabalhadores;

10. Contra a entrega da área de controle sanitário de Portos, Aeroportos e Fronteiras (PAFs) para as gestões estaduais e ou municipais;

11. Contra o controle eletrônico de frequência, com previsão de implementação experimental a partir de setembro/2016;

12. Contra o fechamento e desativação de postos de trabalho;

13. Pela mobilização nacional dos servidores do Quadro específico em conjunto com demais categorias representadas pelo sindicatos de base estaduais e FENASPS;

14. Garantir que a Assessoria Jurídica da Fenasps elabore um instrumento, em conjunto com o Devisa, que vincule o PEC ao efetivo.

4.2 GERAIS

1. Contra a reforma da Previdência Social;

2. Contra os projetos de lei prejudiciais a toda a classe trabalhadora.

5. ASSUNTOS GERAIS:

5.1 GEAP E CAPESAÚDE:

1. Manter e ampliar a luta contra o aumento abusivo da GEAP/CAPESAÚDE;
2. Encaminhar na próxima semana as propostas tiradas na reunião da Direção Executiva Nacional (DEN) da Fenasps de 29 de julho no que se refere aos ofícios, buscando debater com os órgãos responsáveis a questão da GEAP; solicitando audiência urgente na Casa Civil, no MPOG, no Ministério Público da União (MPU), no Conselho Nacional do Idoso, ANS, TCU, Comissão de Seguridade Social da Câmara, Comissão do Idoso da Câmara, STF, e direção da Geap denunciando a saída dos servidores do plano por falta condição de pagamento;
3. Solicitar audiência com a direção atual da GEAP e denunciar a falta de informação prestada pelos funcionários em relação à migração de planos. Denunciar também o credenciamento de tempo mínimo dos hospitais e clínicas no estado de São Paulo e demais estados que apresentam o mesmo problema;
4. Enviar ofício à GEAP solicitando levantamento do número de assistidos que migraram do plano de 2013 até o presente momento, e que saíram dos planos devido aos aumentos das contribuições, de 2013 a 2015, e de fevereiro a julho de 2016;
5. Consultar a Assessoria Jurídica da Fenasps sobre a possibilidade de uma ação contra a Capesaúde, considerando que o processo eleitoral da entidade não foi transparente e não teve a divulgação necessária entre os titulares;
6. Enviar ofício à Capesaúde, solicitando audiência com o presidente, inquirir sobre o número de associados titulares da Capesaúde e requisitando auditoria na administração do mesmo;
7. Solicitar a mudança do estatuto da entidade Capesaúde, a fim de dar maior transparência e maior participação de todos os estados na eleição da entidade;
8. Solicitar audiência com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), para tratar das questões da Capesaúde e Geap;
9. Reenviar ofícios à Previc e à Geap/Previdência solicitando audiência para debater a questão da intervenção no Plano de Pecúlio Facultativo (PPF). Que o GT que discute os assuntos referentes à Geap encaminhe na próxima semana aos estados proposta de ato público sobre o Pecúlio.

5.2 OUTROS INFORMES

O Sinsprev/SP comunicou informalmente a substituição do diretor da Fenasps, Rubens Decares, e posteriormente fará comunicado oficial com o nome do novo diretor.

6. CALENDÁRIO APROVADO:

- **1 de agosto, segunda-feira** – recepcionar os parlamentares no aeroporto de Brasília;
- **2 de agosto, terça-feira** – reuniões no Ministério do Trabalho e com Direção Geral do INSS;
- **9 de agosto, terça-feira** – Lançamento da Frente Parlamentar pela Auditoria da Dívida Pública com participação Popular;
- **10 e 11 de agosto, quarta e quinta-feira** – Reunião Ampliada do FONASEFE;
- **16 de agosto, terça-feira** – Dia Nacional de Mobilizações, convocado pelas centrais sindicais, com grande ato em Brasília;
- **17 de agosto, quarta-feira** – Ato em defesa da Geap, Capesaúde e Pecúlio;
- **3 de setembro, sábado** – reunião para organizar o GT da Carreira do Seguro Social;
- **1ª quinzena de outubro** – Indicativo de realização do Encontro de Comunicação;
- **14, 15 e 16 de outubro, sexta, sábado e domingo** – Encontro dos aposentados;
- **1ª quinzena de dezembro** – Plenária Estatutária da Fenasps;
- **21 de abril de 2017** – XV Confenasps, em Serra Negra/SP, fazer convocatória na próxima plenária da FENASPS;

Realização de Seminários em conjunto com demais setores dos SPFs e da classe trabalhadora para mobilizá-la para barrar os ataques da PEC 241/16 e do PLP 257/16, com datas a definir.

Brasília, 2 de agosto de 2016

Secretaria de Organização da FENASPS